

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. NOÇÕES GERAIS.....	19
1.1. Contrato social e gênero.....	19
1.2. Democracia Representativa.....	25
1.2.1. Representação Política Feminina: teoria e desenvolvimento histórico	28
1.3. A conquista dos direitos políticos femininos no Brasil	41
1.4. Conceito e objeto do Direito Eleitoral.....	57
1.5. Fontes	58
1.5.1. Tratados e Convenções Internacionais	59
1.5.2. Constituição Federal de 1988	71
1.6. Princípios Gerais de Direito Eleitoral	78
1.7. Sistemas Eleitorais.....	112
1.7.1. A eleição no Constitucionalismo Brasileiro.....	116
1.8. A importância da perspectiva de gênero para o direito eleitoral brasileiro.....	118
2. ASPECTOS CÍVEIS DO DIREITO ELEITORAL COM PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	139
2.1. Direitos políticos	139
2.2. Capacidade eleitoral.....	140

2.3. Código Eleitoral.....	143
2.4. Lei das Eleições	144
2.5. Lei das Inelegibilidades	170
2.6. Lei dos Partidos Políticos	199
2.7. Emenda Constitucional n. 117/2022.....	209
2.8. Minirreforma eleitoral	215
2.8.1. A Consolidação das Regras pelas Resoluções do TSE para as Eleições de 2026.....	218
 3. ASPECTOS CRIMINAIS DO DIREITO ELEITORAL COM PERS- PECTIVA DE GÊNERO	 221
3.1. Contexto e definição de violência política de gênero no Brasil e no mundo	221
3.2. Crime de violência política de gênero	245
3.2.1. O crime de violência política de gênero previsto no art. 326-B do Código Eleitoral, inserido pela Lei 14.192/2021	247
3.2.2. Crime de violência política previsto no art. 359-P do Código Penal, incluído pela Lei 14.197/2021: uma abordagem a partir da sua incidência em ca- sos de violência política contra a mulher.....	266
3.2.3. Uma análise comparativa entre os tipos penais do art. 326-B do Código Eleitoral e do art. 359-P do Código Penal.....	271
3.2.4. Os impactos da Inteligência Artificial e Deepfakes na Violência Política de Gênero	273
3.3. Questões procedimentais	275
3.4. Precedentes jurisprudenciais	282
 CONCLUSÃO.....	 299
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 303